

“MÃES DESDOBRÁVEIS”: EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DA MATERNIDADE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

JULIANA FLEIG BUENO¹

Nas últimas décadas do século XVIII observamos a constituição do “mito da maternidade”. Defendido por médicos, filósofos e religiosos no intuito de definir o mais importante papel que uma mulher poderia desempenhar, era composto de um discurso tratando a figura feminina como um ser modelado pela natureza para a maternidade, tornando-se esta sua função moral e social. Este mito continuou a ser formado no século XIX, sofrendo algumas alterações com o aumento da pobreza e a mortalidade infantil. É neste contexto que avistamos esforços de mulheres ativistas na filantropia, médicos e filantropos, preocupando-se com a infância e reivindicando uma legislação específica tanto para as mulheres, mães e trabalhadoras, quanto para as crianças.

Já no século XX este quadro amplia-se, transferindo a maternidade para fora da esfera familiar e a tornando um assunto de domínio público com desdobramentos políticos. Além de mulheres ativistas, médicos e filantropos, notamos uma participação maior do Estado no tratamento deste tema. Organiza-se, assim, em países da Europa e da América, um discurso maternalista visando defender as mães e as crianças, o que reflete em políticas relacionadas à saúde e à assistência social. No Brasil também ocorreram esforços buscando a institucionalização da maternidade, principalmente no governo do Estado Novo (1937-1945), com um investimento expressivo de recursos e de manifestações políticas, o estabelecimento de órgãos públicos e instituições benemerentes para atender as mães desafortunadas juntamente com seus filhos.

Às mães são atribuídas muitas responsabilidades e obrigações, como a de se dedicar toda sua vida à família, principalmente, aos filhos, mostrando seu amor incondicional e sua capacidade de organização e de cuidados para a efetiva proteção dos seus. Consequentemente, a função social da mulher passa a ser quase que exclusivamente a maternidade. Contudo, esta função deveria ser exercida de maneira racional, de acordo com as regras e os padrões estabelecidos pelos saberes médicos e

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná.

posteriormente psicológicos, dirigindo seus interesses ao cuidado e bem-estar daqueles que seriam o futuro da nação. Nesse sentido, são produzidos escritos e organizadas uma série de campanhas visando a educação materna e assim, através de uma ação pedagógica, salvar as crianças das doenças e da morte precoce.

Observamos que a partir da metade do século XX intensifica-se o número de publicações, como *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir (1949) e *Mística Feminina* de Betty Friedan (1963), e manifestações em defesa dos direitos da mulher, denunciando sua situação de alienação e tratando, inclusive, da questão da maternidade. Vemos, assim, o processo de expansão das conquistas das mulheres no mundo inteiro, principalmente nos anos 60 e 70. As mulheres passam a ter uma margem maior de possibilidades individuais, por exemplo, com a produção da pílula anticoncepcional e uma legislação ao seu favor (em 26 de dezembro de 1977 é promulgada no Brasil a Lei nº 6.515, permitindo o divórcio). Além disso, ressaltamos a entrada em número cada vez mais expressivo de mulheres nas universidades e sua profissionalização.

Muitos trabalhos acadêmicos foram produzidos sobre as políticas públicas e o discurso maternalista. Porém, a maioria deles não trata do seu alcance e eficácia para as mulheres – consumidoras das revistas e jornais que colaboraram efetivamente para formar um modelo de mãe, por exemplo. Dessa forma, a presente pesquisa se propõe a realizar um estudo sobre a maternidade nas décadas de 1960 e 1970, num contexto de transformações sociais e culturais, de mulheres mais independentes. Com a finalidade de investigar as representações que elas têm de si mesmas, a partir das memórias de mulheres que vivenciaram a experiência materna e também do discurso maternalista, acreditamos na possibilidade de um entendimento diferenciado, uma vez que consideramos as experiências e memórias de mulheres comuns, e não discursos oficiais.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada foi a história oral. As fontes foram produzidas a partir de depoimentos gravados, seguindo as delimitações que um trabalho com esta metodologia exige. A pesquisa foi realizada na cidade de Curitiba, entretanto, não foi uma exigência prévia que as entrevistadas tivessem nascido nesta cidade, havendo casos de outros estados e do interior do Paraná. Fizemos setes entrevistas com mulheres cujas idades variaram entre 55 e 75 anos, obedecendo ao mesmo critério de seleção e estando inseridas no mesmo projeto de pesquisa. Variáveis como classe social, etnia, escolaridade ou religião não foram relevantes ao

seleccionarmos nossas entrevistadas. A principal exigência estabelecida pelo projeto era que as entrevistadas tivessem vivenciado a maternidade entre as décadas de 1960 e 1970, ou seja, que fossem contemporâneas ou que tivessem tido acesso aos métodos contraceptivos, ao divórcio e principalmente ao desdobramento entre vida doméstica, trabalho e profissão. Dessa forma, através das pessoas selecionadas, seria possível analisar as relações mãe-filho e também na conjugalidade, já que as entrevistadas iniciaram sua vida adulta e de casada entre os anos 50 e 60, período que começaram a ocorrer transformações importantes a respeito da feminilidade e das relações de gênero no âmbito da sociedade e da cultura. Portanto, seguindo o tema da pesquisa e suas delimitações, a escolha das mulheres se deu de forma aleatória, buscando a maior diversidade possível entre suas experiências.

Sabemos que a partir do final do século XVIII o “mito da maternidade” foi construído, modificando a imagem da mãe, seu papel e sua importância. Através das mais diversas publicações nota-se como a vida das mulheres passou a ser definida pela maternidade, ressaltando o instinto materno e o amor espontâneo de toda mãe pelo seu filho. Apesar de não ser um conceito novo, o amor materno passou a ser exaltado como um valor natural e social, favorável à espécie, à sociedade e ao Estado. Assim, o que se sublinhava nos diferentes discursos era a sobrevivência da criança e para isso foi necessário um trabalho de adestramento das mães. Essa não foi uma tarefa fácil. Segundo Elisabeth Badinter foram necessários três discursos distintos – um econômico, outro filosófico e o último dirigido diretamente às mulheres – para que o convencimento da naturalidade do amor materno e para exaltação deste sentimento (BADINTER, 1985: 148.). Dessa forma, vemos o surgimento do discurso maternalista e as bases para as políticas públicas que visam as mães e as crianças.

A imagem de mãe que tais discursos passam a exaltar é a da mulher dedicada e preocupada exclusivamente com seus filhos, sacrificando seus desejos pessoais e restringindo sua liberdade em favor da liberdade do filho. O papel social das mulheres muda, assim como sua relação com seu corpo e seu filho: observamos uma crescente preocupação com a higiene e a saúde das crianças, iniciando com os cuidados com o corpo na gravidez, havendo alimentação diferenciada, exercícios para mulheres grávidas, entre outros.

Com o “mito da maternidade”, a mulher passa a ser essencialmente mãe e, desse modo, fica restrita ao lar, uma vez que precisa cumprir com suas obrigações e não pode descuidar de sua prole. Esse discurso pouco se altera ao longo do tempo, ampliando-se para um número maior de mulheres. No século XX, essa exaltação torna-se ainda maior com o combate mais organizado à mortalidade infantil e as preocupações de ordem político-demográfica e de saúde, surgindo políticas voltadas à infância na Europa e na América, em torno de um discurso maternalista em defesa da mãe e da criança e estabelecendo uma política de saúde e assistência social, envolvendo vários grupos sociais, entre eles, médicos, filantropos e mulheres ativistas. No Brasil a situação não foi distinta. Desde os anos 1920 e 1930 o maternalismo esteve presente no Brasil, tendo o Estado Novo (1937-1945) destaque nesse sentido. Seguindo a linha de outros países, o governo brasileiro passou a se preocupar com o desenvolvimento das crianças como um assunto de Estado. Além da legislação, surgiram órgãos públicos e instituições benemerentes visando principalmente atender as mães mais pobres juntamente com seus filhos.

Juntamente com a valorização da maternidade, devemos destacar que no final da década de 1950 e início da de 1960 o Brasil vivencia um momento de incentivo ao projeto de industrialização de bens de consumo e, com o crescimento do setor terciário e a urbanização, um aumento no número de vagas nos setores administrativo, financeiro e educacional, área que empregava a mão-de-obra feminina. Com a possibilidade de conciliação de trabalho e atividades domésticas, a imagem que passa a ser veiculada é da mulher moderna, aquela que é esposa, mãe e trabalhadora, ou seja, uma pessoa desdobrável. “No processo de formação desta nova mulher a educação teve um importante papel, principalmente para as mulheres de camadas médias urbanas, que viram em alguns cursos secundários a possibilidade de profissionalização e de acesso às universidades, muito embora o casamento fosse o ideal mais divulgado” (MARTINS, 2002: 31). Além de ser uma escolha profissional, o magistério foi a escolha mais frequente das mulheres porque possibilitava a elas que continuassem a exercer o papel de dona de casa concomitantemente à entrada no mercado de trabalho.

Essa mulher moderna desdobrável não poderia ser mais inativa e submissa, quebrando com padrões de comportamento antigos, que não condiziam com os novos tempos, incentivando a nova mulher moderna a ser mais dinâmica a serviço da

coletividade. Assim se estimulava a mudança para uma individualização e independência feminina. Entretanto, ao mesmo tempo, ocorria uma manutenção da concepção tradicional e conservadora da mulher, ou seja, por mais que a mulher devesse se profissionalizar, o que a tornava moderna, não poderia se afastar dos deveres específicos de sua natureza feminina com o casamento e com os futuros filhos.

Nesse período observamos uma ampliação na escolarização das mulheres. Além da Escola Normal, muitas delas passaram a ingressar no ensino superior, podendo escolher qualquer curso. No entanto, Martins ressalta que essa educação era vista de forma utilitarista “[...] na qual a profissionalização e a carreira não estavam em primeiro plano, mas sim uma adequação das exigências dos novos tempos com a ideologia de gênero, ou seja, futuras mães e donas de casa melhor treinadas para exercer suas funções naturais e morais” (MARTINS, 2002: 35). Mesmo as mulheres que saíam do curso Normal e buscavam um curso superior, acreditavam que estas escolhas profissionais estavam voltadas para o que futuramente seriam: esposas e mães, portanto, por mais instruída que a mulher fosse, sua prioridade ainda era o casamento.

A possibilidade de escolher livremente o que fazer, numa época em que as interdições sociais às mulheres eram imensas, tornava-se insuportável numa sociedade que até então tinha como um dos seus sustentáculos a divisão das esferas pública e privada, com as mulheres no lar cuidando dos filhos e esperando pelo regresso de seus guerreiros-maridos. A modernização das relações econômicas e sociais era bem vista pela maioria das pessoas informadas no país, contudo quando se tratava das relações de gênero havia limites imediatamente acionados pelos defensores da ordem e da moral. A formação intelectual das mulheres já não era mais motivo para escândalos e reprovações, mas suas atitudes em público deviam se pautar pelo recato, pudor e modéstia, as tão enaltecidas virtudes do belo sexo. (MARTINS, 2002: 39).

Outra situação que essa geração de mulheres viveu é, juntamente com sua saída da esfera privada, a convivência com homens na esfera pública, frequentando lugares e adquirindo hábitos antes considerados masculinos. A mulher subordinada, frágil, pura, doce e recatada, ou seja, o modelo de mulher socialmente valorizado passa a ser questionado inconscientemente com sua escolarização, entrada no mercado de trabalho e a convivência com outros homens, no entanto, a importância do seu papel de mãe e esposa continuava sendo grande: “[...] a plena realização da mulher se dava no casamento [...] porque somente através dele a mulher cumpriria sua finalidade biológica mais sublime: a maternidade” (MARTINS, 2002: 45).

Sendo um momento de expansão da industrialização e do consumo, o moderno é criado como um sinônimo de desenvolvimento tecnológico, logo, a mulher moderna não era definida pelo o que ela era, mas sim pelo que possuía ou tinha condições de comprar. Portanto, essa nova mulher continuava a ser como antes, tradicional e conservadora, tendo que seguir um modelo de regras de conduta condizentes com sua função. Como afirma Martins: “A referência principal continuava a ser a esfera doméstica e trabalho e educação pareciam acessórios, sendo o casamento o verdadeiro horizonte para as mulheres” (MARTINS, 2002: 50).

Partindo disso, buscamos entender a auto representação de mulheres através das experiências e das memórias que vivenciaram esse momento de saída da esfera doméstica para outros domínios sociais. Assim, por meio das entrevistas, pudemos observar de que forma isso se deu, uma vez que o discurso maternalista, o discurso de mulher ideal e as necessidades exigidas de uma nova mulher estiveram presentes na prática.

Nossas entrevistadas, mesmo que inconscientemente, são mulheres que ainda carregam a ideologia maternalista de se dedicar aos filhos e à família, sendo a única responsável pelo bem estar destes e tendo os seus a necessidade de uma atenção especial por parte delas. São mulheres que tiveram uma educação tradicional, criadas por suas mães (em geral donas de casa), e tendo a figura paterna como o trabalhador, o sustentáculo da casa. Em sua maioria tiveram oportunidade de estudar e trabalhar, exercendo profissões condizentes com seu papel feminino. Além disso, essas mulheres atuaram na vida e na formação dos filhos de uma forma mais presente que o pai/marido, por mais presente que ele fosse, abrindo mão de seus desejos e sonhos para a criação dos filhos. Dessa forma, as mães descrevem os cuidados que tiveram com a saúde, a educação e o bem-estar das crianças, como ensinaram valores para elas, independente do pai.

As narrativas são construídas a partir da criança, pois quando se recupera a memória da maternidade, elas são a peça chave para as mães. Eventos marcantes, sejam alegres ou não, são reavivados pela lembrança através dos filhos e não unicamente por serem suas experiências. Por mais difícil que tenha sido o casamento, que a gravidez tenha ocorrido de forma complexa ou tenham enfrentado diversos problemas durante toda a experiência da maternidade, tudo para elas valeu a pena, pois acreditam, vendo

seus filhos crescidos e, segundo elas, bem sucedidos, que seu trabalho foi bem feito e recompensado. Ou seja, hoje se consideram pessoas realizadas porque foram mães.

Entretanto, estamos lidando com uma geração de transição, por mais dedicadas que fossem ao papel materno, elas vivenciaram experiências distintas da geração anterior. Além do trabalho assalariado, essas mulheres fizeram escolhas quanto ao número de filhos que desejavam, contando com diferentes métodos para evitar a gravidez. Também notamos um aumento no nível de instrução e de preocupação com os estudos, o que remete a uma mulher que não se contentava apenas com os limites de sua casa, mas que almejava independência e outros papéis além de ser mãe. Portanto, nos deparamos com “mães desdobráveis”, mulheres que foram esposas, mães e profissionais.

Dessa forma, encontramos narrativas acentuadamente ambíguas, talvez pelo momento impreciso que experimentaram a maternidade. Juntamente com o contexto de mudanças cujas experiências são contemporâneas, suas memórias são construídas no presente, com o entendimento que elas têm hoje de sua experiência materna. Portanto, ao passo que temos mães super zelosas e orgulhosas de suas proles, também encontramos opiniões e conselhos sobre o quão difícil é ter um filho e que, se fosse hoje, pensariam antes de casar e engravidar tão jovens. Perguntado sobre o que significava ser mãe, a entrevistada 1 assim nos respondeu:

*“Eu acho que é...eu acho que é...ser mãe é quando você se entrega mas não se anula...
E é difícil...mas...amar os filhos muito, loucamente...mas nunca acima de você...
Você passa os filhos na frente de você, claro...durante a vida...mas eu acho que se você
puder...se preparar pro depois...que eles vão crescer...e não cobrar o resto da vida pra
eles ficarem junto...cadê eles, cadê eles? Eu acho que você tem que ter
uma ocupação...nem que seja tricô...vá fazer tricô, mas deixa eles viverem a vida
deles...é muito importante... e pra você se preparar...você tem que gostar de você, né?!
Tem que gostar de você... Porque eles não vão deixar de viver a vida deles pra viver a
sua vida, né?! Eu acho que tem que se dedicar...eu me dediquei muito...mas não ao
ponto de me sacrificar...ou ficar exausta, ou cansada...porque...eles não vão poder
fazer o mesmo por mim...” (sic.)*

Por mais que o “mito da maternidade” permeie as narrativas de nossas entrevistadas, é possível notar nas entrelinhas, na fala entrecortada por suspiros ou lembranças incômodas, que a maternidade não tem um único roteiro; que a maternidade é uma experiência definida por lugares e situações muito distintos para cada geração de mulheres e também para cada mulher individualmente. Dessa forma, entendemos a maternidade como um processo apreendido e delimitado por questões sociais, históricas e culturais, não se tratando, portanto, de uma experiência única, natural ou mesmo homogênea para as mulheres.

“Para mim mãe é tudo. É uma palavra sublime. Mãe é uma coisa intocável, sublime, não eu, mas todas as mães. Se tem algo que a gente tem que venerar, tem que adorar, tem que admirar, respeitar, essa pessoa é a mãe, não é o pai. A mãe está guardada, para mim, dentro de uma peça de ouro.” (sic.) (Entrevista 7)

Ao realizar esta pesquisa confirmamos que nosso objeto se tratava de uma geração de transição, mulheres inseridas em um contexto de mudanças socioculturais importantes para elas e para as relações de gênero. Manifestações pelos direitos das mulheres, democratização no ingresso nas universidades, inovações médicas e tecnológicas, novos arranjos familiares, permitiram uma maior possibilidade de ação e de auto representação feminina. Dessa forma, entre o término da Segunda Guerra Mundial e os anos 60 e 70, encontramos uma nova configuração de maternidade que nesta pesquisa denominamos de “mães desdobráveis”.

As entrevistas que realizamos revelam fatos marcantes do cotidiano, histórias engraçadas e, acima de tudo, o que foi lembrado – e considerado importante – para se tornar a expressão de suas experiências. Encontramos lembranças de infâncias cercadas por brincadeiras e pela presença da mãe; namoros adolescentes que repercutiram em casamento; experiências como trabalhadoras assalariadas, fosse por necessidade ou por escolha própria; revelações sobre seus estudos e os sonhos que estes poderiam vir a realizar; preparativos para o casamento e a chegada dos primeiros filhos; o tão cantado amor materno e sua dedicação para não deixar que nada de errado acontecesse na criação dos filhos; casamentos desfeitos; filhos se desenvolvendo; expectativas e frustrações; novas experiências como avós; ou seja, ao propormos investigar as

experiências da maternidade com essas mulheres, abrimos a possibilidade de dar voz e visibilidade às suas experiências.

Observamos que são mulheres que reproduzem os ideais do mito da maternidade, são indivíduos que se definem acima de tudo como mulheres-mães, tendo a responsabilidade exclusiva nos cuidados com os filhos, cabendo a elas a decisão da melhor forma de proceder. Neste sentido narram como adquiriram conhecimentos e a experiência de cuidar dos filhos, o que muitas vezes mostra que as necessidades da criança estavam acima das da mãe. Entretanto, vemos mulheres que, sem outras referências para se pautar, tentaram ser mais que mães: trabalharam, estudaram e tomaram decisões, não havendo um total domínio da figura masculina em suas vidas.

As memórias maternas ainda são escassas quando comparadas aos registros sobre maternidade e infância produzidos por médicos e especialistas. Temos um discurso autorizado pela ciência que apresenta a recepção do discurso maternalista como sendo comum a todas as mulheres. Através da história oral encontramos narrativas da diversidade de práticas e da multiplicidade de sentimentos e não uma experiência passiva, sentimental e homogênea. Por esta razão concordamos com Martins ao afirmar que “a recuperação desta memória é importante não só pelo registro de uma outra perspectiva, a das mulheres que foram mães, mas também pela confrontação de ambas, pela possibilidade de se conhecer o que significou para as mulheres a maternidade, de que forma e em que condições foram mães, que influência tiveram as ideias, os valores e as teorias dos especialistas sobre suas práticas” (MARTINS, 2006: 3).

Concluimos, então, a importância desse tipo de abordagem histórica para o entendimento de um período e uma problemática específicos. Nossa pesquisa nos mostra que as mulheres estavam iniciando uma outra trajetória subjetiva e ao mesmo tempo coletiva na qual a dependência, a alienação e a submissão começavam a ser contestadas. Manifestações feministas e a promulgação de leis em favor dos direitos das mulheres como cidadãs e não somente mães comprovam isso. Mas observamos também que nossas entrevistadas mantêm valores antigos, revelando uma imagem romântica da maternidade, apesar de que, conscientemente, na prática isso não ocorresse de forma tão coerente com o imaginário. Por isso as consideramos representantes de uma geração de transição e as denominamos “mães desdobráveis”. Mesmo não sendo considerado o

ideal para a mulher na época, este é o retrato que encontramos ao incentivarmos, através da metodologia da história oral, a evocação das memórias das experiências maternas.

Não buscamos em nenhum momento nesta pesquisa nem a singularidade do relato individual, nem a predominância de alguma estrutura ou de uma ideologia sobre as representações e as práticas de nossas entrevistadas. Procuramos e percebemos através dos relatos as sutis articulações entre o domínio das subjetividades e das práticas e discursos sociais e institucionais.

Entendemos a multiplicidade de experiências não como um problema, mas como um ponto de partida para a compreensão das possibilidades de ação e também de reprodução social, o que as torna um objeto infinitamente rico e passível de análise. Por isso defendemos que esta pesquisa pode ser não apenas uma contribuição à história das mulheres, mas também para a compreensão dos complexos processos da produção da memória e das subjetividades.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, Susan H.; HART, Patricia; WEATHERMON, Karen. (Eds.) **Women's Oral History: The "Frontiers" Reader**. Lincoln : University of Nebraska Press, 2002.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado. O mito do amor materno**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 Volumes. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.

BOCK, Gisela e THANE, Pat. (org). **Maternidad y políticas de género. La mujer em los Estados de bienestar europeos, 1880-1950**. Madrid : Ediciones Cátedra, 1996.

BOSI, Eclea. **Memórias e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo : T.A. Queiroz, 1979.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins (Portugal) : Publicações Europa-América, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. 1.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis : Vozes, 1971.

GLUCK, Sherna Berger & PATAI, Daphne. (Eds.) **Women's Words. The feminist practice of oral history**. New York/London : Routledge, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo : Ed. Centauro, 2004.

HISTÓRIA: questões & debates – Parto e Maternidade. Curitiba, PR : Editora UFPR, ano 24, n. 47, jul/dez. 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991**. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Volume 2: Memória. Lisboa : Edições 70, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. “Epistemologia feminista e teorização social-desafios, subversões e alianças”. In: ALDEMAN, M.; SILVESTREIM, C. (Orgs.). **Gênero Plural**. Curitiba : UFPR, 2002.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Dar a luz: experiência da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar”. Projeto de pesquisa de pós-doutorado apresentado ao CNPQ, Nov., 2004.

_____. “História da maternidade e história oral: trajetórias historiográficas e desafios metodológicos”. Texto apresentado no IX Encontro Nacional de História Oral, UNISINOS, Porto Alegre, 22 a 25 de abril de 2008.

_____. “História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise”. Texto apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, p. 1.

_____. “Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar”. **História Oral** (Rio de Janeiro), v. 8, 2006.

_____. “O Estado, as mães e os filhos: políticas de proteção à maternidade e à infância no Brasil na primeira metade do século XX”. **Humanitas**.v. 21, n. 1/2, 2005.

_____. “Políticas da maternidade: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas”. Apresentação de trabalho, 2004.

_____. **Um lar em terra estranha**. A casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960. Curitiba : Aos quatro ventos, 2002.

_____. **Visões do feminino. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo : Edições Loyola, 2002.

_____. (Org.). **(Re)Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, Odécio. “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?” In: **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 9, N. 3, Julho-Setembro de 1993.

MOTT, Maria Lucia. “Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. 1930-1945.” **Cadernos Pagu**. nº 16, 2001.

NARI, Marcela. **Políticas de maternidad y maternalismo político. Buenos Aires, 1890-1940**. Buenos Aires : Biblos, 2004.

NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

PAGE, Shannon. “El participante invisible: el papel del transcriptor”. **História Oral**. Número 7, Junho de 2004.

PERKS, Robert & THOMPSON, Alistair. **The Oral History reader**. London : Routledge, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo : Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro : CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989. Disponível no endereço: www.cpdoc.fgv.br.

PORTELLI, Alessandro. “O Que Faz A História Oral Diferente”. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 14, São Paulo, 1997.

QUERALT, Luís Ubeda. “El tratamiento archivístico y documental de las fuentes orales”. **História Oral**. Número 7, Junho de 2004.

RAGO, Luzia Margareth. “Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil”. In: **Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth**, v. 3, n. 3, 1997.

_____. “Descobrimos historicamente o gênero”. In: **Cadernos Pagu**. Campinas : Ed. Unicamp, 1998.

_____. “Epistemologia feminina, gênero e história”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis : Ed. Mulheres, 1998. Disponível no endereço:

SANT’ANNA, Denise. **Políticas do corpo**. São Paulo : Estação Liberdade, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Disponível no endereço: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. **História Oral**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo : Brasiliense, 1991.